

# Terreno que seria para moradias continuará com atividade portuária

Gestora do Porto prepara licitação do local onde Prefeitura de Santos pretende fazer um conjunto habitacional

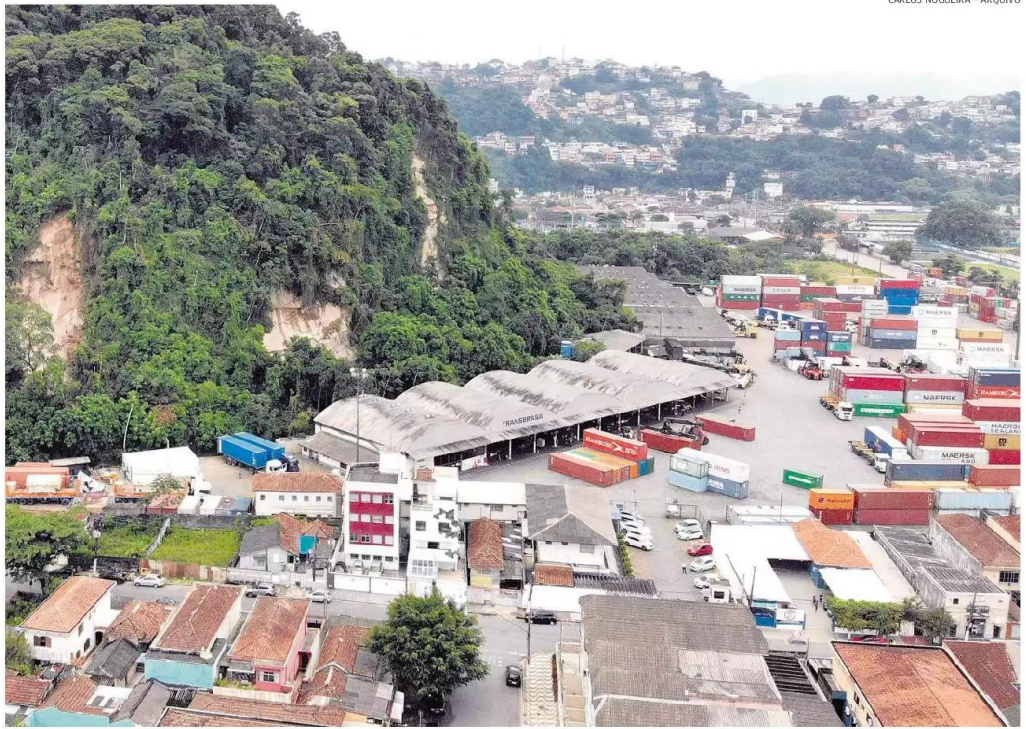
BÁRBARA FARIAS  
DA REDAÇÃO

A Autoridade Portuária de Santos (APS) prepara a licitação do STS33 (ou SSZ 33E), um terreno de 51,4 mil metros quadrados (m<sup>2</sup>) no Jabaquara, em Santos, para que o local permaneça com atividade retroportuária. A área, no entanto, está classificada pela Prefeitura para receber um conjunto habitacional, inviabilizando novas atividades com contêineres.

No dia 30 de março, a APS abriu consulta pública para o certame. O processo terminaria ontem, mas foi prorrogado até 21 de maio, com audiência pública telepresencial agendada para 14 de maio, às 10 horas. Haverá transmissão pelo canal da APS no YouTube: [bit.ly/4w81E67](https://bit.ly/4w81E67). A data do leilão ainda não foi definida.

A área é ocupada pela Transbrasa desde a década de 1990, mas o contrato terminou em 2016. Desde então, a empresa opera por meio de sucessivos contratos de transição (temporários) firmados com a APS. O atual vale até 24 de agosto deste ano. A companhia não se manifestou.

O STS33 já constava na carteira de leilões do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). O contrato é de 25 anos, no valor de R\$ 491,50 milhões. O arrendamento é destinado ao armazenamento de



Terreno tem 51,4 mil metros quadrados, no Jabaquara, em Santos; contrato de arrendamento prevê R\$ 491,50 milhões investidos em 25 anos

carga geral, de projeto e containerizada.

Em nota, a APS informou que deu início aos preparativos para o leilão do STS33 após ajustes que foram determinados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) em junho do ano passado. “Uma vez promovidos os ajustes, o aviso de consulta pública foi publicado no site da APS no

dia 25 de março último. A extensão do prazo foi necessária para viabilizar a realização de audiência pública, agendada para 14 de maio, data escolhida por razões técnicas. O aviso de audiência pública foi publicado hoje (ontem)”.

A própria APS conduzirá o certame, pois possui delegação de competências concedida pelo MPor. “Este certame se dará

após a inserção, no processo de concessão, das contribuições da consulta e audiência pública, que deverão ser anuídas pela Antaq e pelo Tribunal de Contas da União (TCU)”, explicou a administração portuária.

A APS esclareceu ainda que o processo licitatório não afetará as tratativas com a Prefeitura de Santos para a transferência

do STS33. “As tratativas prosseguem. É interesse da APS introduzir no contrato a ser firmado uma cláusula de transferência da área para a região da Alemoa, de onde os moradores serão realocados para moradias de qualidade em local urbanizado (nessa área do Jabaquara)”, informou a Autoridade Portuária.

## Área é Zona Especial de Interesse Social

■ A Prefeitura de Santos confirmou as tratativas com a APS e informou que a área é classificada pela legislação urbanística municipal como Zona Especial de Interesse Social (Zeis), pois o plano é instalar um conjunto habitacional popular no local, mas ressaltou: “É importante que quaisquer processos relacionados à destinação da área — inclusive eventual chamamento público — estejam em conso-

### CONSULTA PÚBLICA

Interessados podem enviar contribuições à consulta pública até as 23h59 de 21 de maio. A documentação necessária pode ser consultada no endereço eletrônico [bit.ly/4TKgA8T](https://bit.ly/4TKgA8T). Já a audiência pública telepresencial será realizada em 14 de maio, das 10 às 12 horas, com transmissão no canal da APS no YouTube: [bit.ly/4w81E67](https://bit.ly/4w81E67). Para assistir, não é necessário se inscrever, mas interessados em se manifestar na sessão pública devem fazer a inscrição até o dia 12 de maio por meio do formulário disponível no link [bit.ly/42F0Mbm](https://bit.ly/42F0Mbm).

nância com a legislação vigente e com um processo de transição claro e pactuado, de modo a as-

segurar estabilidade institucional e confiança ao mercado”.

A Administração Muni-

cipal informou que “acompanha o tema de forma próxima e apresentará sua manifestação no âmbito da audiência pública em curso, sempre pautada pelo diálogo e pela construção de soluções equilibradas”.

### JÁ HAVIA FALADO

Em dezembro de 2024, quando o leilão do STS33 foi anunciado pelo MPor, a Prefeitura ressaltou que a área não poderia mais ser arrendada para atividade

de portuária, porque está dentro da zona urbana e é destinada para habitação popular,

Desde aquele momento, a APS cogitava uma transferência de áreas, para que aquela atividade retroportuária fosse para a Vila dos Criadores, na Alemoa.

Para isso, porém, a comunidade precisa ser integrada à poligonal do Porto, um pleito da gestora do cais santista que ainda está indefinido.

CARLOS NOGUEIRA - ARQUIVO